

Patrimônio em arquivos: mapeamento de padrões de degradação para documentos em suporte de papel

Ismaelly Batista
dos Santos Silva

Universidade Estadual da Paraíba, PB, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9055-671X>
ismaellybatista@gmail.com

Resumo O campo de atuação em conservação-restauro possui abordagem cativa no processamento técnico de documentos de arquivo visando sua manutenção, cura ou recomposição do material em suporte de papel. O Patrimônio em seu eixo material e subeixo de bens móveis é analisado mediante teorias e práticas das áreas de Restauração e Arquivística sob o prisma dos fatores típicos envolvidos na deterioração dos documentos. A pesquisa em tela apresenta um mapeamento de padrões de degradação característicos em documentos em suporte de papel e ações em conservação-restauro aplicadas. Metodologicamente o estudo é tipificado como sendo descritivo, e nos procedimentos é realizada uma revisão de literatura especializada acerca das temáticas de documentos de arquivo e ações de conservação-restauro, em que é adotado um instrumento de referência internacional como parâmetro técnico de identificação e caracterização dos principais padrões de degradação. Os resultados apresentam um quadro síntese que descreve desde a configuração do documento, os fatores de danos orientados e as ações em conservação-restauro aplicadas. Por fim, mediante o portfólio de conhecimento acerca dos danos nos documentos de arquivo abordados, acredita-se que é possível compreender, difundir e articular estratégias de salvaguarda para promover qualidade no processamento técnico e o avanço na produção de literatura científica e políticas para ambientes e documentos de arquivo.

Palavras-chave Patrimônio em arquivos. Conservação-restauro. Salvaguarda de documentos. Degradação de documentos em papel. Documento não digital.

Patrimony and archives: mapping degradation patterns for documents on paper support

Abstract The field of conservation-restoration adopts a captive approach in the technical processing of archival documents with the aim of their maintenance, healing, or recomposition of material on paper support. Heritage, within its material axis and the sub-axis of movable assets, is analyzed through theories and practices from the Restoration and Archival Science areas, considering typical factors involved in document degradation. The presented research provides a mapping of characteristic degradation patterns in archival documents on paper support and conservation-restoration actions applied. Methodologically, the study is classified as descriptive, and the procedures involve a review of specialized literature on archival document themes and conservation-restoration actions. An internationally recognized instrument is adopted as a technical parameter for the identification and characterization of major degradation patterns. The results present a synthesis that describes the document's configuration, guided factors and damages, and the applied conservation-restoration actions. Finally, based on the knowledge portfolio regarding damages to the addressed archival documents, it is believed that it is possible to comprehend, disseminate, and articulate safeguard strategies to promote quality in technical processing, advancement in scientific literature production, and policies for archival environments and documents.

Keywords Patrimony in archives. Preservation and restoration. Document safeguarding. Paper document degradation. Analog document.

Patrimonio en archivos: mapeo de patrones de degradación para documentos en soporte de papel

Resumen El campo de actuación en conservación-restauración tiene un enfoque cautivo en el procesamiento técnico de documentos de archivo con el objetivo de su mantenimiento, curación o recomposición del

material en soporte de papel. El Patrimonio en su eje material y subeje de bienes móviles se analiza a través de teorías y prácticas de las áreas de Restauración y Archivística bajo el prisma de los factores típicos involucrados en la degradación de los documentos. La investigación en cuestión presenta un mapeo de patrones de degradación característicos en documentos de archivo en soporte de papel y acciones de conservación-restauración aplicadas. Metodológicamente, el estudio se clasifica como descriptivo y en los procedimientos se realiza una revisión de literatura especializada sobre las temáticas de documentos de archivo y acciones de conservación-restauración, donde se adopta un instrumento de referencia internacional como parámetro técnico de identificación y caracterización de los principales patrones de degradación. Los resultados presentan un cuadro resumen que describe desde la configuración del documento, los factores y daños orientados y las acciones de conservación-restauración aplicadas. Por último, a través del conocimiento adquirido sobre los daños en los documentos de archivo abordados, se cree que es posible comprender, difundir y articular estrategias de salvaguardia para promover la calidad en el procesamiento técnico, el avance en la producción de literatura científica y políticas para entornos y documentos de archivo.

Palabras clave Patrimonio en archivos. Conservación-restauro. Salvaguarda de documentos. Degradación de documentos en papel. Documento analógico.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 22/02/2024
Aprovado em 19/03/2024
Publicado em 22/04/2024

1 INTRODUÇÃO

Aspectos relacionados ao delineamento na atuação e reflexão acerca do contexto da causa patrimonial remontam à necessidade de reparos em habitações e outras construções, geralmente aliadas às edificações, que atendiam a coletividade nos primórdios das civilizações humanas, mas passam a receber historicamente notoriedade no período clássico, a partir do momento em que tais processos, ainda sem respaldo acadêmico, eram incorporados por alguns artesãos e transmitidos aos seus aprendizes (CALVO, 1997; BOITO, 2002; DVORAK, 2008).

O ofício de restaurador, segundo Choay (2006), é iniciado como uma atividade secundária relegada aos sujeitos considerados incapazes de produzir suas próprias obras, então lhes cabia reformar o produto de outros. A restauração como ação interventiva durante um longo período perdurou, dividindo opiniões favoráveis e desfavoráveis à sua realização, por vezes concebida como um conjunto de práticas questionáveis. Personalidades como John Riskin e William Morris foram precursores no combate ao movimento que se formava na Europa a partir da observação dos resultados da restauração considerados formas de vandalismo e catastróficos.

O berço da Revolução Francesa em sua conjuntura de transformação social, juntamente ao movimento de expansão das ciências no Renascimento, corroborou com o processo de institucionalização da Restauração como ciência, por meio de articulações empíricas, à luz de Viollet-Le-duc (CHOAY, 2006). As ideias amparadas pela abordagem filosófica que se estabelecia no período também trouxeram um legado de teóricos importantes na área, como Camillo Boito, Max Dvorák, Cesare Brandi e contribuições sobre a delimitação conceitual de Patrimônio e a perspectiva política

orientada ao reconhecimento da relevância social e amparo tradicional às edificações como monumentos arquitetônicos.

A constituição de movimentos como entidades de classe e sociedade civil organizada permitiu ao longo do tempo estabelecer um arcabouço de princípios que passaram a orientar as atividades ligadas ao Patrimonial como campo que demarca aspectos da cultura traduzida inicialmente em bens materiais em seu eixo de imóveis (obras de edificação), bens móveis (documentos¹) e após um longo hiato os bens imateriais (ritos, saberes e manifestações) presentes na sociedade, em que a Restauração atua compondo parte deste manifesto apenas ante os bens materiais, ou seja, a cultura na expressão material.

Nesse ínterim, a institucionalização do Patrimônio e sua valorização como dispositivo social promoveram uma catarse que ganhou projeções internacionais, trazendo notoriedade não apenas à cena da atividade de restauro, mas aos campos ligados à documentação sob a concepção de salvaguarda dos bens culturais por equipamentos públicos ligados às entidades nacionais do governo como Arquivos, Bibliotecas e Museus.

A notoriedade dos bens patrimoniais com relevância social e cultural passou a ser responsabilidade dos governos, que têm como função identificar e proteger os diferentes artefatos capazes de traduzir a identidade de um povo, o legado histórico e a cultura de cada nação, região, grupo étnico ou comunidade (UNESCO, 1972).

As diferentes identidades presentes no Patrimônio como meio de reconhecimento do valor sociocultural, segundo Castells (2018), implicam nas identidades de legitimação (cujas ideias de ser e pertence a um grupo é endossada pelos produtos sociais e práticas institucionais compartilhadas), resistência (noção reflexiva e crítica sobre narrativas postas em uma abordagem insurgente) e de projeto (é a resignificação e apropriação de novas narrativas sociais ante padrões inconsistentes).

Em sua dimensão política, sob um panorama de evolução do campo, o Patrimônio de Bens Culturais passou um longo período orientado por iniciativas políticas no âmbito de instituições nacionais de custódia por meio da atuação de profissionais do campo da Restauração, tradicionalmente advindos de áreas como Arquitetura, História e Arqueologia (CHOAY, 2006). Compondo quadros funcionais de Museus, tornaram o discurso museológico e arquitetônico parâmetros para o trato, mediante a abordagem do Patrimônio de Bens Culturais, em que os bens móveis eram regidos pela visão clássica de filiação à História da Arte.

¹ Documento aqui exprime a ideia inicialmente concebida de objetos diversos ligados às Belas-Artes, passando-se a considerar utensílios cotidianos e arqueológicos, e, por fim, o material expresso em suportes e formas diversas de registro, mas condicionalmente os ligados a produtos de atos de ofício institucionais e pessoais, e, neste sentido, ligados à Arquivologia.

As pautas patrimoniais e as práticas de preservação, conservação e restauro permearam as discussões profissionais no século XX e por meio de conferências internacionais o campo Patrimonial avançou em aspectos de políticas nacionais e internacionais, predominantemente sob a abordagem arquitetônica, arqueológica e museológica.

O viés de apropriação, por determinadas áreas, dos discursos patrimoniais e culturais anteriormente expostos, fica nítido no Art. 1º da seção para Definições do Patrimônio Cultural e Natural na Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural elaborado por membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO).

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

Os **monumentos**. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os **conjuntos**. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os **locais de interesse**. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2, grifo nosso).

Mediante esses esforços de articulação, emergiu uma agência especializada das Nações Unidas (ONU), a referida UNESCO, constituída em Londres em 1945 e que passou a vigorar em 1946, contemplando atualmente a participação de 193 países filiados na qualidade de Estados-Membros.

A UNESCO, desde 1970, e outras Organizações não Governamentais (ONGs), além do movimento de classes internacionais, já anteriormente indicado, adotam eventos como conferências para discussão de pautas relacionadas ao Patrimônio, à Cultura, à Restauração e como sistemas de resoluções geram produtos prescritivos reconhecidos como as Cartas Patrimoniais² acerca de conceitos e atuação de agentes ligados à proteção de bens culturais (IPHAN, 2014).

A Arquivologia, segundo Vieira (2022), em relação ao Patrimônio Cultural, encontra-se condicionada a uma discussão contemporânea como campo que trabalha com documentos de valores primário e secundário. Em tal discussão, o Patrimônio Arquivístico tem particularidades, como o trato do documento institucional público ou privado e considera apenas documentos ligados à memória e à história por sua representatividade -de uma nação ou coletividade, ou seja, perspectiva cara e condicionante à sua identificação e salvaguarda que a UNESCO e outras abordagens teóricas enquadram como Patrimônio Documental.

² No site institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estão disponíveis as Cartas Patrimoniais com sua tradução na íntegra ou em síntese (IPHAN, 2024).

Ante o exposto, podemos indagar: como a Arquivologia salvaguarda documentos em suporte de papel na dimensão da conservação-restauração do Patrimônio Arquivístico que se inscreve no domínio do Patrimônio Cultural?

A resposta a essa questão é ainda mais complexa que a própria formulação dela. Porém, podemos inicialmente lembrar que, sabidamente para os profissionais da área, a Arquivologia, cujo objeto de arquivos acumula organicamente documentos com valores culturais e sociais, é capaz de orientar acerca das identidades e culturas. Ela chega a atuar a partir das características de seus materiais de composição dos acervos como dispositivos únicos, orgânicos e probatórios manifestados mediante o legado legitimamente constitutivo como Patrimônio Cultural de uma nação, povo, família ou pessoa.

Sob o prisma internacional, compõe o Conselho Internacional de Arquivos (ICA³), de cunho não governamental que tem entre seus objetivos a preservação do patrimônio da humanidade em arquivos por meio da cooperação internacional. O Brasil compõe o quadro de membros do ICA através da Arquivo Nacional, entidade que desde sua fundação em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), da administração pública federal, atualmente integrante da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Os documentos de arquivo no Brasil são amparados por diferentes dispositivos legais, como a própria Carta Magna - Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, que considera como constituinte do Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial e em seu inciso IV, elenca as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais. Coadunando, do ponto de vista legal há a Lei Federal de n.º 8.159/1991 (BRASIL, 1991), que dispõe acerca da política nacional de arquivos públicos e privados e define em seu Art. 1º que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

Acrescenta-se a este cenário legal as normativas formuladas por câmaras técnicas especializadas no tocante ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ⁴), criado em 1994, como órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, e é responsável pela articulação das políticas públicas voltadas aos arquivos no país.

Neste sentido, tomando por base a legitimação do objeto da Arquivologia e seus conjuntos documentais manifestos em suportes e formas de registro plurais, classificados segundo o gênero

³ Missão, Meta e Objetivos do ICA (ICA, 2024).

⁴ Site do Conselho Nacional de Arquivos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2024).

por Paes (2004), e, aqui adaptados, como os gêneros: textual, iconográfico, audiovisual (aglutinado as subcategorias de filmográfico e sonoro/fonográfico), micrográfico, cartográfico, além do gênero constantemente negligenciado na literatura: o gênero tridimensional.

O campo de atuação na Gestão de Documentos de Arquivo, por meio do eixo de Políticas de Informação na Arquivística, tem operado mediante estratégias e ações que visam à preservação e conservação de acervos documentais de arquivo. Panorama que dialoga consideravelmente com o campo de atuação em Conservação-restauro, pois tem abordagem cativa no processamento técnico de documentos de arquivo visando sua manutenção, cura/reparo ou recomposição do documento não digital. Este último, que segundo o glossário⁵ atualizado pela Câmara Técnica de Documentos Digitais do CONARQ (2020, p. 26), é o “documento que se apresenta em suporte, formatação e codificação diferente dos digitais, tais como: documento em papel, documento em películas e documentos eletrônicos analógicos”.

O recorte da pesquisa, por sua vez, é baseado na terminologia de definição da Conservação-restauro do Patrimônio Cultural Material, através da Resolução n.º 15, aprovada pelos membros do *International Council of Museums Committee for Conservation (ICOM-CC⁶)* durante o Encontro Trienal realizado em Nova Dehli no ano de 2008. E, do ponto de vista do Patrimônio de Bens Culturais aqui tratado, está a se referir ao eixo material e subeixo de bens móveis na categoria de documentos na especificidade de não digitais, cujo suporte é predominantemente o papel. Algo que condiciona os aspectos de gêneros documentais ao âmbito de documentos textuais, iconográficos e cartográficos junto à Arquivística.

Outrossim, a pesquisa em tela objetiva apresentar um mapeamento de padrões de degradação característicos em documentos em suporte de papel e ações em conservação-restauro aplicadas, analisados teoricamente mediante as áreas de Restauração e Arquivística, sob o prisma dos fatores típicos envolvidos na deterioração dos documentos que constituem parte do Patrimônio Cultural. Utiliza como parâmetro técnico de identificação e caracterização dos principais padrões de destruição um instrumento de referência internacional, conforme abordados nas seções seguintes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A cena patrimonial no mundo é permeada por movimentos populares, profissionais e políticos, que tendem a atuar na busca pelo reconhecimento de estruturas simbólicas produzidas

⁵ Termo que atualiza a definição de “documento analógico não digital” presente na versão anterior datada de 2016.

⁶ Site da International Council of Museums Committee for Conservation (ICOM-CC, 2024).

pelo ser humano e que possibilitem comunicar as diferentes gerações e comunidades traços da identidade cultural de um povo, representados em artefatos materiais e manifestações imateriais (LEMOS, 1991).

A identificação e delimitação dos artefatos, por exemplo, como bens móveis ou bens imóveis na cultura material, é uma vertente consolidada a partir da emergência patrimonial que se instalou durante o movimento da Revolução Francesa. Processo que, a princípio foi determinado e determinante para a construção de narrativas ocidentais ligadas à demarcação da ideia tríplice composta pelo monumento, a história e a memória (CHOAY, 2006).

Na determinação e cristalização dos bens patrimoniais como traços da cultura, que antes era definida politicamente e de forma hegemônica por grupos da sociedade, a perspectiva se deslocou para a percepção das comunidades diante do que lhes é significativo e representativo, para que um processo de patrimonialização de um conjunto de bens se tornem parte de um vínculo de narrativas no tempo e espaço mediante à noção de legado patrimonial, em que a abordagem coletiva e popular passa a deter o poder manifestado sobre objetos -em suas expressões plurais- e que a partir de suas características físicas comunicam os interesses populares (DVORÁK, 2008).

A identificação, reconhecimento e patrimonialização são prerrogativas que desconstroem de maneira necessária a ideia de um legado de bens culturais e patrimoniais permeados por naturalidade, mediante seu papel de narrativas sociais, pois como analisa Castells (2018);

[...] do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída, A principal questão; na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em tinhas gerais; quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída; são em grande “medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades. (CASTELLS, 2018, p. 55).

A função política orientada aos interesses patrimoniais é uma dimensão dialógica essencial para a produção de mecanismos que contribuam com seu reconhecimento, valorização e manutenção. Sem reconhecimento, o patrimônio e seus desdobramentos sequer poderiam existir. Além disso, a valorização se faz fundamental por questões de herança e capacidade de perpetuação dos bens ao longo do tempo, pois sem meios que viabilizem despertar na sociedade o valor presente

no patrimônio identificado, sua relevância fica fragilizada e restrita às gerações e grupos específicos em detrimento dos interesses de classes dominantes (LEMOS, 1991).

Entre a construção de identidades culturais e suas representações manifestadas pairam mecanismos normativos como Leis, Portarias e Resoluções nacionais e internacionais que buscam incorporar o registro como forma de reconhecimento institucional dos interesses patrimoniais perante entidades governamentais, não governamentais e frentes profissionais ou sociedade civil organizada.

São movimentos que integram a estratégia de regulamentar o patrimônio como dispositivo que opera segundo os interesses de um povo ou nação, uma vez que, “Quase toda atividade humana na sociedade contemporânea está regulamentada por leis. A proteção do patrimônio cultural está especialmente regulamentada por pertencer à categoria dos direitos coletivos.” (SILVA, 2012, p.55).

Visto que, mesmo diante de eminentes estratégias de reconhecimento, institucionalização e busca por uma difusão cultural, técnica e científica;

[...] o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (UNESCO, 1972, p. 01).

A importância crítica da preservação, conservação e salvaguarda do Patrimônio de Bens Culturais compõe uma agenda que advém desde a própria emergência patrimonial e se desenrola em diferentes frentes que articulam internacionalmente pactos coletivos em prol da causa patrimonial no mundo, por exemplo, através de agências como a ONU por meio da UNESCO e outras Organizações Não Governamentais, além de Fóruns Profissionais, como a ICOM-CC, e que corroboram com a elaboração de plenárias e dispositivos informativos e normativos como as Carta Patrimoniais que orientam e advertem acerca das condutas ante processos multiculturais no trato com o Patrimônio.

No Brasil, um lastro histórico criou nacionalmente um repertório legal a partir de políticas públicas voltadas a causa patrimonial e que incluem, segundo listado no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), iniciado com o Decreto n.º 24.735, de 14 de julho de 1934, a fiscalização de imóveis categorizados como monumentos nacionais; a Constituição de 1934, que já previa a salvaguarda de monumentos de valor histórico e artístico, assim como a evasão de obras de arte (THOMPSON, 2010).

Inclui-se nesses marcos legais importantes a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mais tarde denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Cabem nestes marcos legais brasileiros aliados ao

Patrimônio de Bens Culturais a definição do patrimônio histórico e artístico nacional, assim como a regulamentação do tombamento (registro patrimonial) com o Decreto-Lei n.º 25/1937 e em 1988 a Constituição Federal, considera Carta Magna brasileira com uma série de dispositivos que orientam até hoje os aspectos ligados ao patrimônio e cultura no País (REZENDE, 2010).

Estes esforços em prol do reconhecimento e valorização social dos aspectos patrimoniais esbarram na função primordial dos governos mediante a proteção dos bens culturais reconhecidos e valorizados como parte de um sistema que retroalimenta a sociedade por meio de estratégias, ações e intervenções aliadas à Conservação-restauração, ao promoverem a estabilidade dos valores do patrimônio edificado ou expresso em objetos móveis, ou seja, contribui para a integridade física o que está diretamente ligado às funções estética, informativa, educativa e identitária que também se convertem em perspectiva econômica, como indica Choay (2006), a medida que o patrimônio é parte constituinte do circuito de exploração comercial, por exemplo, através do turismo histórico e cultural.

Da dimensão política e legal, o patrimônio também depende de aspectos científicos para sua proteção. Neste sentido, diferentes áreas do conhecimento são evocadas para contribuir com os aspectos de preservação, conservação e restauro. Assim, o panorama antes intuitivo, sem muitos critérios, ganhou linhas de atuação empírica que deu respaldo aos saberes aliados à práxis na salvaguarda de bens patrimoniais sob a ótica de cientificidade e rigor técnico a partir da área de Restauração que inclui a perspectiva prática experimental, mas que tem se constituído como campo multidisciplinar em diálogos com outras ciências para auxiliar na solução de demandas sociais ligadas especialmente aos aspectos de bens patrimoniais materiais (BOITO, 2002).

Apesar de parecer uma matéria nova e moderna, a restauração já existia no século XVII. E até este século a técnica de restaurar dependia, exclusivamente, do talento e habilidade de encadernadores ou de pessoas interessadas, que por falta de métodos científicos deixaram sobre documentos danos e traços irreversíveis. (MARTINS; SOARES, 2011, p. 12).

A qualidade das intervenções e delineamento de tratamentos que cumprem um amplo espectro de medidas, aliadas à estabilização de monumentos e outros objetos culturais, se fazem necessárias, pois demarcam a complexidade de realização de atividades que buscam promover a longevidade dos bens. Elas também cumprem critérios que deslocam a ação curiosa para uma ação movida por contexto e competência na solução de reparos e outros processos que impactam nos rumos da percepção histórica a partir da estética e fruição determinadas no movimento de produção de um monumento ou objeto (MUÑOZ-VIÑAS, 2010).

Podemos compreender que “A restauração foi, gradualmente, deixando de ser um processo empírico, para se tornar um complexo de operações e técnicas [...]” (MARTINS; SOARES, 2011, p.

12). Porém, a área de Restauração segue empenhada na busca pelo constante aprimoramento de seus processos, inclusive a partir do campo da Conservação-restauração centrada em estratégias de controle e voltada a conjuntos de bens imóveis e móveis. Estes últimos presentes em acervos documentais como os Arquivos, as Bibliotecas e Museus.

O controle é fundamental para preservação de acervos tanto o controle do acervo no que se refere à sua localização circulação intervenções consultas e acessos permitidos quando o controle da circulação e acesso de pessoas aos locais de guarda tratamento de acervo de arquivos bibliotecas e museus precisam ter o controle rigoroso sobre seus acertos para preservá-los para isto muitas ações podem ser planejadas desde a etapa inicial de aquisição até a guarda definitiva em reservas e depósitos após o tratamento técnico. (SILVA, 2012, p. 13).

Nos acervos, o controle de agentes ambientes, como biológicos, físicos e químicos, compõe uma agenda permanente para assegurar a qualidade dos materiais que, de forma preventiva, devem ser mantidos em padrões aceitáveis e seguros. Caso as medidas preventivas falhem, o material é exposto aos danos e será necessária a realização de ações como reparos ou, em última instância, a restauração por sua complexidade e custos elevados (SILVA, 2012).

A restauração tem como finalidade recuperar a integridade física e funcional de uma obra ou documento, visando deter ação dos agentes agressores que atacam os papéis, eliminando-os e dando a eles, maior durabilidade e melhor aparência. É necessária uma intervenção direta sobre a obra, pois esta é a única forma de corrigir os danos que modificam ou alteram sua integridade. Por isso, o respeito ao conteúdo do documento, isto é, o que o autor executou ou quis transmitir, é fundamental. Este é um dos motivos porque a restauração atual, mais que a arte, é técnica, é um conjunto de métodos científicos interdisciplinares que dão ao trabalho a autêntica garantia do rigor da ciência aplicada neste campo. (MARTINS: SOARES, 2011, p. 12).

O trato do patrimônio se faz em níveis de atuação além das dimensões política e legal. Ao nível aplicado as estratégias ligadas a preservação são consideradas a primeira etapa de proteção aos bens patrimoniais e que ditam a qualidade dos bens, visto que a ausência delas torna propícia à manifestação desordenada de agentes ambientais que atuam como catalisadoras de danos por meios dos vetores químicos, físicos ou biológicos. Uma vez estabelecidos os danos, a alternativa nem sempre é propriamente a restauração, pois no domínio da Conservação-restauração são contempladas a Conservação-preventiva, a Conservação-curativa e a Conservação-restauro.

Conservação preventiva: compreende todas as medidas e ações que tenham como objectivo evitar ou minimizar futuras degradações ou perdas de leitura e de material, partindo do contexto ou ambiente circundante de um bem cultural ou, mais frequentemente, de um conjunto de bens, independente da sua condição ou idade. Essas medidas e ações são indirectas pois não interferem com os materiais nem com a estrutura dos bens, e não modificam a sua aparência. [...]. **Conservação-curativa:** compreende todas as ações que incidem directamente sobre um bem ou grupo de bens culturais, com o objectivo de deter processos de degradação activos ou reforçar a sua estrutura. Estas ações

serão levadas a cabo apenas quando estiver em causa a existência das obras num espaço temporal relativamente curto, devido à sua extrema fragilidade ou a um processo acelerado de degradação. Estas acções podem modificar o aspecto dos bens. [...]. **Conservação-restauro:** compreende todas as acções exercidas de forma directa sobre um bem cultural em condição estável que tenham como objectivo melhorar o seu usufruto, compreensão e uso. Estas acções só deverão ocorrer quando o bem patrimonial tiver perdido parte do seu significado ou função, na sequência de degradações ou alterações anteriores, e têm como princípio o respeito pelo material original. Normalmente, essas sacções modificam a aparência do bem (ICOM-CC, 2008, p. 55-56, grifo nosso).

A determinação das necessidades e tomada de posição quanto ao conjunto de procedimentos a serem executados mediante o bem patrimonial cuja conservação preventiva falhou, é condicionada à identificação de seus danos. Neste sentido, dada a relevância da salvaguarda de documentos, nas próximas seções são descritos os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa que toma os danos orientados ao suporte de papel, com foco mediante o recorte no universo do Patrimônio Cultural, sob o viés de bens materiais e eixo de bens móveis como parte do Patrimônio em Arquivos.

3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se por combinar as abordagens científicas exploratória-descritiva, mediante os procedimentos que visam a execução do objetivo, que é o de apresentar um mapeamento de padrões de degradação característicos em documentos não digitais de arquivo, visando assim corroborar com a elucidação da questão de pesquisa. Ela indaga a respeito do processo de salvaguarda de documentos em suporte de papel pela Arquivologia na dimensão da conservação-restauração do Patrimônio Arquivístico, e que se inscreve no domínio do Patrimônio Cultural, tendo em vista o protagonismo aparente na formulação de aspectos teóricos, políticos e práticos de áreas especializadas como: Restauração, Arquitetura, Arqueologia, Antropologia, e, mediante as Ciências Documentárias, a fronteira Museologia.

O contexto exploratório da pesquisa encontra-se centrado na perspectiva dos autores Doxey e De Riz (2003, p. 25), por definirem que as pesquisas exploratórias “buscam uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que possam levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito”. Por sua vez, a visão de pesquisa descritiva é orientada segundo Gil (2008), pois oportuniza descrever características de determinados fenômenos com foco na padronização dos processos de coleta e análise dos dados, sendo sua aplicação interessante em investigações que buscam abordar de modo sistemático nuances particulares dentro em um domínio de ocorrências observáveis.

De modo assertivo, o alinhamento do objetivo com a perspectiva descritiva oportunizou indicar um recorte contextual mediante o universo da temática Patrimônio Cultural, cuja aplicação da análise pontual mediante as áreas de Restauração e Arquivologia revelaram pontos de intersecção pouco presentes nas construções teóricas de ambas as ciências.

Operacionalmente, o estudo compreendeu as etapas de revisão técnica de literatura especializada, tomando como fontes de informação livros, periódicos científicos e sites institucionais das agências internacionais e nacionais que articulam o movimento de Políticas Patrimoniais e Bens Culturais. A busca na literatura sobre a abordagem dos documentos de arquivo e aspectos particulares no campo de Conservação-restauro possibilitam articular e sintetizar sob às abordagens qualitativa pelo “[...] aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT: SILVEIRA, 2009, p. 32) e quantitativa, uma vez que, “[...] A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20). Sendo a abordagem quantitativa de cunho positivista e reconhecida por buscar neutralidade e objetividade na análise e tabulação dos resultados.

Como parâmetro científico, foi adotado o instrumento de referência denominado “Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel”, das autoras Silvana Bojanoski e Márcia Almada (2021). É um material técnico-científico que corrobora com a sistematização do conteúdo referente a danos de documentos em suporte de papel, objeto aqui explorado, contendo 25 (vinte e cinco) classes gerais e 4 (quatro) subcategorias de danos dispostos alfabeticamente de forma ilustrada.

Quadro 01 – Nomenclaturas gerais de danos orientados a documentos em suporte de papel

- Abrasão	- Ondulação
- Amarelecimento	- Perda de mídia
- Arranhão	- Perda de suporte / lacuna / área faltante
- Ataque biológico	- Perfuração
- Corrosão da tinta	- Queimadura
- Corte	- Rasgo
- Descoloração	- Resíduo de adesivo
- Dobra	- Ruga
- Escurecimento	- Sangramento
- Esmacimento da tinta	- Sujidade /sujidade superficial
- Mancha	- Suporte ácido
- Mídia friável	- Suporte quebradiço
- Migração da acidez	- Vinco
- Migração da tinta	

Fonte: Bojanoski e Almada, 2021.

No Quadro 01 são apresentadas alfabeticamente as nomenclaturas na condição de categorias gerais que, posteriormente, serão retomadas nos resultados a partir de um arranjo

baseado nas interações com os agentes ambientais que atuam como gatilho para os fatores típicos envolvidos na degradação dos documentos.

Por fim, mediante a perspectiva de um estudo de caso que, segundo Gil (2008), compreende uma análise aprofundada e exaustiva de um objeto, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento a pesquisa seguirá. No caso em particular, foi vislumbrado o recorte de documentos não digitais de arquivo e em suporte de papel, que contemplaram os gêneros documentais textuais, iconográficos e cartográficos, também subscritos no campo Patrimonial de cunho material à luz da Arquivologia.

4 RESULTADOS

Compreender o tratamento documental desprendido no âmbito de ações voltadas à Conservação-restauração em suas linhas de prevenção, cura/reparo e restauro de documentos, visando sua salvaguarda como dispositivos que operam no Patrimônio Cultural de modo multidisciplinar, tem integrado acervos de arquivo, compondo e retroalimentando a cena da civilidade, cultura, ciência, tecnologia, história e memória, e nos é caro nesse estudo. Nos é caro porque o Patrimônio Arquivístico ocupa uma categoria no âmbito do Patrimônio Cultural orientado a documentos (objeto) identificados e preservados pelo Estado e iniciativas intergovernamentais e não-governamentais dotadas de interesse cultural à sociedade (VIEIRA, 2022).

De modo mais específico, a delimitação da documentação caracterizada como física em sua perspectiva não digital, que integra a categoria de bens móveis, possuindo como suporte ou material de produção/composição o papel, na dimensão de Patrimônio manifestado segundo a Arquivologia, na classificação mediante o gênero documental nas categorias de expressão textual (manuscritos, datilografados ou impressos), iconográficos (gravuras e fotografias) e cartográficos (mapas, plantas e perfis) (PAES, 2004), é parte importante para descrever o recorte da investigação e do objeto de estudo aqui analisado.

A determinação científica dos danos ligados ao processo direto de degradação de obras em papel, como visto no Quadro 01, é qualidade predeterminante para ponderar o universo de agentes ambientais e ações interventivas em Conservação-restauração, cuja abordagem das ações para cura e restauro compõe nosso repertório de resultados por opção metodológica, uma vez que, as estratégias ligadas à Conservação-preventiva partem da noção de antecipação dos danos. Tais estratégias, tanto teoricamente quanto de maneira cotidiana, podem ser amplamente encontradas

e compõem outro eixo na abordagem do Patrimônio de Bens culturais, assim como na própria Arquivologia no contexto do Planejamento de Acervo e Gestão de Documentos de Arquivo.

De modo propício, é crítico compreender que a abordagem dos agentes, vetores ou fatores de danos ligados aos acervos e documentação, partem aqui de uma visão especializada nos saberes do eixo de Salvaguarda de Acervos Documentais, cuja análise encontra-se voltada à documentação e não aos aspectos de Biossegurança. Nesta última se compreende de modo universal cinco categorias de agentes ambientais: físicos, químicos, biológicos, de acidente e ergonômicos (físicos e cognitivos) (SILVA, 2012). Para a pauta de salvaguarda de acervos, lista-se mediante os documentos a atenção principal aos três primeiros, ou seja, físicos, químicos e biológicos.

Tal particularidade que distingue a abordagem voltada aos acervos e documentação difere da Biossegurança clássica, pois os aspectos ergonômicos e de acidente têm interação no domínio da saúde, segurança, integridade e qualidade do ser humano em interação ao ambiente laboral. Esse arcabouço técnico e científico delimitado permitiu constituir os resultados atendendo ao objetivo geral da presente pesquisa.

A partir das obras de autoria de Paes (2004), Silva (2012), Bojanoski e Almada (2021), no Quadro 02 são apresentados padrões de degradação característicos em documentos não digitais de arquivo em suporte de papel, atuando como síntese descritiva que parte da configuração do documento, seguida dos fatores e danos orientados e as ações em conservação-restauro aplicadas à sua estabilização ou reversão quando possível.

Quadro 02 - Padrões de degradação característicos em documentos de arquivo em suporte de papel.

SUPORTE	GÊNERO	AGENTE AMBIENTAL	DANOS
PAPEL	TEXTUAL ICONOGRÁFICO CARTOGRÁFICO	FÍSICO	<ul style="list-style-type: none"> - Abrasão - Esmacimento da tinta - Mancha - Migração da acidez - Ondulação - Perda de mídia - Queimadura
		QUÍMICO	<ul style="list-style-type: none"> - Abrasão - Amarelecimento - Corrosão da tinta - Descoloração - Escurecimento - Esmacimento da tinta - Mancha - Migração da tinta - Mídia friável - Migração da acidez - Perda de mídia - Perda de suporte/lacuna/área faltante - Resíduo de adesivo - Sangramento

			<ul style="list-style-type: none"> - Suporte ácido - Suporte quebradiço - Sujidade /sujidade superficial
		BIOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> - Abrasão -Ataque biológico - Arranhão - Corte - Dobra - Perda de suporte/lacuna/área faltante - Perfuração - Vinco - Rasgo - Ruga - Sujidade /sujidade superficial

Fonte: Paes, 2004; Silva, 2012; Bojanoski e Almada, 2021.

Cabe frisar que o processo de Conservação-restauração explora um arcabouço empírico e especializado, no entanto, cada documento e ação devem ser analisados como rege a Restauração, ou seja, determinação das causas de degradação, a identificação do(s) danos(s), a contextualização histórica como processos de anamnese para gerar um parecer técnico diagnóstico acerca das ações e intervenções realizáveis dentro de um espectro seguro para melhor condução do processo adotado (CALVO, 1997; BOITO, 2002). Para melhor compreensão e atuação, é recomendada a consulta aos materiais listados como referências.

Como observável no Quadro 02, as colunas lidas da esquerda para a direita dividem-se por categorias de suporte, gênero, agente ambiental e danos. A categoria referente ao suporte é a mais ampla, pois compreende a dimensão do suporte como meio no qual a expressão mediante o gênero documental passará a configurar em caracteres de signos a determinação e enquadramento como sendo pertencente ao gênero textual, iconográfico ou cartográfico, aqui, metodologicamente definidos. No entanto, o formato de apresentação quanto aos gêneros não foi especificado, dada as variações possíveis, por mais que no contexto bidimensional (largura e altura) atribuído ao suporte de papel, este aspecto também figure como metadado acerca do documento (PAES, 2004).

Os agentes ambientais, como já abordado, foram trabalhados nas dimensões biológica, química e física e a partir deles os danos respectivos são listados na coluna seguinte identificada como “danos”. Cabe mencionar que alguns danos tendem a se enquadrar em mais de um agente ambiental, nesse sentido eles foram introduzidos em mais de uma categoria de agentes como, por exemplo, os danos de “abrasão” nos agentes físicos, químicos e biológicos simultaneamente que segundo as autoras Bojanoski e Almada (2021, p. 20) representa um “Dano ocasionado pela fricção entre os materiais ou com algum material abrasivo, como a poeira, que resulta no desgaste das superfícies e mídias nas obras em papel”.

Tal perspectiva dá-se, uma vez que a poeira pode ser composta, dentre outros elementos, por partículas químicas que se propagam como vetores físicos pelo ambiente e são ocasionalmente friccionadas por agentes biológicos ou entram em atrito com as partes do documento por meio do manuseio em ambientes em que não são cumpridas as especificações preventivas quanto à higienização rotineira, acondicionamento e armazenagem adequados.

É observável, ainda no Quadro 02, que a categoria de agentes ambientais com mais ocorrências na documentação em suporte de papel (a partir das especificações técnicas), é a de agentes químicos, em detrimento da categoria de agentes biológicos, na qual atua o homem com larga expressão de histórico de danos por negligência, vandalismo ou imperícia técnica. Ou seja, em quantidade de danos nominais, os agentes químicos compõem uma ampla gama, o que não significa que sejam mais críticos se compararmos, por exemplo, uma mancha a uma perda substancial do suporte como produto de dano comum à ação do homem.

A título de informação, o dano denominado “mancha” possui quatro subcategorias suprimidas da listagem dos danos considerados gerais apresentados no Quadro 01. Sendo as variações do dano de mancha respectivamente: foxing, mancha d’água, mancha de adesivo/mancha de cola e mancha de ferrugem (BOJANOSKI; ALMADA, 2021).

Foi identificado os danos como panorama técnico e científico, típicos aos documentos não digitais em suporte de papel mediante os gêneros textual, iconográfico e cartográfico. O Quadro 03 elenca ações orientadas pela Conservação-restauração visando a cura (termo que pode variar no mesmo domínio de sintaxe sob as nomenclaturas de *ação corretiva* ou de *ação de pequenos reparos* na abordagem de autores distintos, pois não há uma padronização consensual) ou o restauro (termo historicamente anterior a adoção da usual *Restauração*, mas ambos operam no mesmo domínio conceitual e de sintaxe, porém advém de filologias diferentes a partir da abordagem empírica, algo como na área de Arquivologia que segue o uso da expressão Arquivística).

Observados os danos listados no Quadro 02, as recomendações em ações curativas ou restauro apresentadas no Quadro 03 foram agrupadas em três categorias a partir da expressão danosa típica ao suporte de papel, são elas:

a) **Perda de superfície** - que compreende danos como Ataque Biológico, Corrosão Da Tinta, Corte, Perfuração, Perda de Suporte/Lacuna/Área Faltante, Rasgo.

b) **Desgaste de superfície** - que compreende danos relacionados à Abrasão, Arranhão, Descoloração, Dobra, Mídia Friável, Ondulação, Perda de Mídia, Queimadura, Vinco, Ruga, Suporte Quebradiço, Vinco.

c) **Impregnação de suporte** - compreendida pelos danos de Amarelecimento, Escurecimento, Esmacimento da Tinta, Mancha, Migração da Acidez, Migração da Tinta, Resíduo de Adesivo, Sangramento, Sujidade /Sujidade Superficial, Suporte Ácido.

O agrupamento de termos de danos levando em consideração características similares através das categorias como a “Perda de superfície”, “Desgaste de superfície” e “Impregnação de superfície” se fez necessária para viabilizar a etapa prescritiva no âmbito da Conservação-restauração, objetivando a cura e o restauro para documentos em suportes de papel apresentadas no Quadro 03.

Podemos observar, mediante o conteúdo apresentado no Quadro 03, que dada a natureza de cura ou restauro dos documentos em suporte de papel, a ampla gama de possibilidades da primeira não se reflete na segunda, que compreende de forma quantitativa um portfólio menor de atividades elencadas. Todavia, em termos de especificidade técnica e atuação ante os princípios interventivos de enxerto, reenfibragem, assemblagem (juntada de fragmentos) e retoques. Seu rigor técnico e profundidade na análise são críticas, pois podem levar à descaracterização do documento, o que implica em dano jurídico e penal no Brasil, tema este que não iremos aprofundar neste estudo.

Quadro 03 - Ações em Conservação-restauro aplicadas aos danos em papel

NATUREZA DO DANO	TIPO DE DANO	AÇÕES DE CURA/REPARO	AÇÕES DE RESTAURO
Agente Físicos Agentes Químicos Agentes Biológicos	Perda de superfície	- Desbastar - Desinfestar - Encolagem - Velatura/Laminação	- Assemblagem - Obtenção (enxerto) - Reenfiarem
	Desgaste de superfície	- Alisar/Planificar - Desacidificar - Encolagem - Planificação - Velatura/Laminação - Selar	- Retoques
	Impregnação de suporte	- Desacidificar/Alcalinizar - Desadesivar - Higienização Aquosa - Higienização Química - Secar	- Retoques

Fonte: Calvo, 1997; Boito, 2002; Brandão et al, 2011; Martins e Soares, 2011; Bojanoski e Almada; 2021.

Salienta-se que não há pretensão de padronizar as técnicas representadas nas categorias abordadas, uma vez que não há consenso no campo da Restauração acerca de tais enquadramentos, visto que as técnicas listadas como curativas podem ser tomadas como restauração, ou até mesmo a supressão das técnicas curativas listadas em detrimento da denominação geral como intervenções de restauro.

Os processos listados no Quadro 3 possuem caráter prescritivo e atuam para mapear as principais ações dentro do arcabouço técnico no campo da Conservação-restauro que cumpre de forma menos invasiva a cura/reparo do documento não digital e consecutivamente a restauração (quando necessária e possível) que propicia reconstituir danos severos para viabilizar a funcionalidade estética e informativa ao documento restaurado. A cura e o restauro se fazem necessários e são evocados quando o planejamento estratégico em preservação e conservação preventiva falha por diferentes razões.

As ações indicadas no Quadro 03 nas colunas de “Ações de cura” e “Ações de restauro” não serão aqui descritas e analisadas pormenorizadamente por limitações quanto à extensão do presente texto, contudo é recomendada a consulta aos materiais referenciados para fins de aprofundamento. Destarte, avalia-se como pertinente sua identificação na composição do quadro de conhecimento proposto na pesquisa em tela, pois o Patrimônio Cultural em Arquivos deve ser processado tecnicamente, viabilizando a retomada da função social do material, cenário este que se constitui de forma eficaz a partir da difusão do conhecimento científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa sob a perspectiva de Patrimônio Cultural é ambientado em um processo que se desenrola à medida que teorias e fenômenos sociais avançam. Não diferente, o campo da Conservação-restauração também tem constituído suas técnicas especializadas de modo multidisciplinar, assegurando processos de preservação, conservação e restauro com qualidade para uma gama diversificada de manifestações antigas e atuais do conhecimento humano.

A Arquivologia, no entanto, parece se beneficiar do arcabouço técnico científico de modo unilateral, sob o conhecimento acerca da Conservação-restauração no eixo de abordagem da documentação de arquivo em suporte de papel. Ficando a cargo de outras áreas como Museologia, Arquitetura e a própria Restauração, os diálogos voltados à teorização e contribuições ao campo epistemológico de Patrimônio e seus Bens Culturais, principalmente na contemporaneidade.

Cabe refletir acerca de alargamentos teóricos e empíricos na abordagem da Arquivologia ante o cenário constituinte da categoria mais ampla do Patrimônio Cultural como terreno político. Ela deve buscar inserção e não apenas captação de saberes e fazeres pontuais para aplicação no nicho da Arquivística. Necessariamente, como visto, trata-se de um esforço que tem em mente rever

o processo de construção histórica da relação da Arquivologia com o campo patrimonial e as outras ciências que o integram de forma direta ou como áreas afins.

Neste sentido, seria essa mais uma via para a popularização e reconhecimento dos arquivos como peça fundamental na cena cultural para além dos nossos ciclos de pares? Esta é uma questão que não é possível responder neste momento, mas que se inscreve de forma oportuna ante as reflexões aqui apresentadas. De todo modo, espera-se contribuir para que profissionais de todos os níveis e setores que atuam no campo arquivístico possam problematizar e, a partir das questões postas, instituir uma agenda política profícua e interdisciplinar acerca do campo da Conservação-restauração no Patrimônio de Bens Culturais.

Outrossim, mediante o panorama apresentado no quadro das degradações proeminentes nos arquivos, espera-se que estudos futuros possam investigar preceitos da restauração aplicada a arquivos em seus documentos não digitais que integrem outros gêneros documentais e materiais sobre a atuação em outros meios de registro, como o audiovisual, iconográfico. Esse, inclusive, em Resolução de n.º 41º CONARQ (2014), dispõe sobre inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso.

Cumprindo o propósito da investigação, nos Quadros 02 e 03, foi apresentado um panorama técnico-científico dos danos possíveis e típicos aos documentos em suporte de papel e as respectivas ações em Conservação-restauro aplicadas. Algo que partiu de um contexto pré-estabelecido terminologicamente, ora advindo da literatura científica, ora por meio do Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel.

Salientamos que alguns dos termos abordados como danos presentes na perspectiva de degradação de obras em papel, podem ser estendidos e aplicados a outros tipos de documento em outros suportes, bem como formas de registros. Porém, sendo fiel à linha de análise definida metodologicamente, tais proposições não foram feitas, uma vez que, como critério científico a partir dos instrumentos adotados, foi respeitado o domínio do conhecimento e vocabulário especializado já consolidado através do glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel.

Por fim, mediante o portfólio de conhecimento apresentado acerca dos danos nos documentos de arquivo apresentados, acredita-se que é possível apreender, difundir e articular estratégias de salvaguarda para promover qualidade no processamento técnico, avanço na produção de literatura científica e políticas para ambientes e documentos de arquivo.

REFERÊNCIAS

BOITO, C. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê, 2002.

BOJANOSKI, S. ALMADA, M.. Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos. Português, Espanhol, Inglês, Grego. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

BRANDÃO, E.; FRANÇA, C.; SPINELLI, J. **Manual Técnico de Preservação e Conservação Documentos Extrajudiciais C N J**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, 2011.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. [Recurso Eletrônico] – Brasília: Supremo Tribunal Federal. Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação. 2023. E-Book, 264p.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 09 mar. 2024.

CALVO, A. **Conservación y restauración** - Materiales, técnicas y procedimientos. De la A ala Z. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 1997.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: a era da informação**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2. Gerhardt, 2018.

CHOAY, F. **Alegria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documento Eletrônicos. **Glossário**: Versão 8.0. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde>. Acesso em: 09 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução CONARQ nº 41**. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-41-de-9-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 22. jan. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **[Site institucional]**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 09 mar. 2024.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Espírito Santo: Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB, 2003. Apostila. Disponível em: https://cafarufrij.files.wordpress.com/2009/05/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

DVORAK, M. Catecismo da preservação de monumentos. São Paulo: Ateliê Editorial. 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: ATLAS. 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS COMMITTEE FOR CONSERVATION (ICOM-CC). **Resolução nº 15 de dezembro de 2008**. Definição da Conservação-restauro do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5136/513653430006.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS COMMITTEE FOR CONSERVATION (ICOM-CC). **[Site institucional]**. Disponível em: <https://www.icom-cc.org/en/icom-cc-fund>. Acesso em: 09 mar. 2024.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Our mission and objectives**. Disponível em: <https://www.ica.org/en/mission-aim-and-objectives>. Acesso em: 09 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cartas Patrimoniais**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 09 mar. 2024.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MARTINS, J. A.; SOARES T. de A. T. Manual de Conservação e Restauração. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 13, p. 6-31, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/101>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MUÑOZ-VIÑAS, S. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Espanha: Editorial Síntesis S. A. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REZENDE, Maria Beatriz et al. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). *In*: THOMPSON, Analucia (org.). **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da publicação**. Entrevista com Augusto da Silva Telles. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso: 29 nov. 2023.

SILVA, M. C. S. **Segurança de acevo culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Artes Afins. 2012.

VIEIRA, T. de O. O Patrimônio Arquivístico em discussão: origem e concepção de uma noção em consolidação. **PontodeAcesso**, v. 16, n.2, p. 84–117, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47886>. Acesso: 08 mar. 2024.

NOTA DE AUTORIA**ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), atua como Docente vinculada ao Departamento de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desenvolve estudos ligados ao Patrimônio com foco nos aspectos de Conservação-restauração desde 2011, tendo produzido uma dissertação, artigos, capítulos de livros e palestrado sobre a temática em um contexto multidisciplinar desde então. Possui mais de mil horas-aula lecionadas acerca da temática de Patrimônio e Bens Culturais, sendo cerca de quatrocentas horas-aula dedicadas às especialidades técnicas no Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação (LACRE) da UEPB.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/5866979252577253>